

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1306 - 22/06/2015 a 28/06/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares

HORTIFRUTICULTURA

A ROTULAGEM CHEGOU!

SEGURO RURAL

Mapa da o cano nos
produtores de milho

HISTÓRIA

A Ferrovia
transiberiana

CEREAIS

A análise da
comissão da FAEP

Aos Leitores

Num panorama desolador da economia nacional, onde notícia ruim se multiplica feito formiga cortadeira, o governo federal tem buscado no sucesso da agropecuária dar uma respirada em meio ao tsunami que foi se avolumando nos últimos quatro anos.

Mas não foi o que aconteceu com os produtores de milho safrinha, sufocados por uma péssima notícia. Nunca antes na história do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), o Ministério da Agricultura havia negado fogo na liberação de recursos para a subvenção ao prêmio do seguro rural para o milho safrinha.

Os produtores, porém, estão recebendo cartas das companhias seguradoras informando que não haverá subvenção, e de quebra boletos bancários para quitarem a parte do prêmio que o governo federal não honrou.

Na próxima página está a Nota de Esclarecimento da FAEP sobre esse tema e um relato sobre os motivos que o MAPA deveria honrar e dar apoio ao seguro do milho safrinha.

E na página 08 está o relato sobre a Resolução nº 748/2014 da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), que trata da rotulagem de frutas e verduras. Essa nova legislação beneficiará a sociedade que tem direito à informação sobre esses produtos e os produtores rurais que terão seus nomes associados aos produtos.

Índice

Nota de Esclarecimento	03
Milho Safrinha / Mapa	04
Contas Públicas	06
Seab paga Contas	07
Rotulagem	08
Sementes	13
História - A Transiberiana	14
CAR	16
BR-369	18
Opinião - CaFé	19
IBGE / SaFra	20
Comissão de Cereais	22
Leitor em Foco	25
Notas	26
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Agide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldí Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Agide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Agide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:**

Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Peça-se citar a fonte.

Fotos da edição 1306: Fernando Santos, Milton Dória, Gilsona Abreu, Arquivo FAEP e Divulgação.

Mapa corta recursos para o seguro do milho safrinha

FAEP pede respeito aos produtores que acreditaram no Programa de Seguro do MAPA

Banco Itaú S.A.		341-7	34191.75314 36931.680205 41294.800002 5 64600001242696		
Local de Pagamento					Vencimento
Até o vencimento, preferencialmente no Itaú e após o vencimento somente no Itaú					15/06/2015
Beneficiário					Agência/Código Beneficiário
RUB					204/12948-0
Data do Documento	Nº do Documento	Espécie Doc.	Acerto	Data do Processamento	Cart. / Nosso
02/06/2015	1000111027342/01000823/001	RC	N	02/06/2015	175/3136931-6
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
	175	R\$	001 x 001		12.426,96
Instruções de Responsabilidade do BENEFICIÁRIO. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o BENEFICIÁRIO. Sr. Caixa, não receber após a data do vencimento.					(-) Desconto
					(-) Outras Deduções
					(=) Mora/Multa
					(=) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Pagador					
RUA					
CEP - 85916-206 - TOLEDO - PR					
Sacador/Avalista					
					Autenticação Mecânica / FICHA DE COMPENSAÇÃO

Produtores receberam boleto bancário para pagar conta que era do Governo Federal

Neste ano, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) não liberou recursos para a subvenção ao prêmio do seguro rural para o milho safrinha. Trata-se de fato inédito nos 10 anos de história do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

Os produtores estão recebendo cartas das companhias seguradoras informando do ocorrido e boletos bancários para quitarem a parte do prêmio que o governo federal não honrou.

São produtores que tradicionalmente contratam seguro e que não podem ficar sem a subvenção, pois a taxa média do prêmio para essa cultura de alto risco é de 16,2%, incompatível com os custos de produção. A demanda para seguro agrícola de milho safrinha este ano foi estimada em R\$ 58,5 milhões para 5 mil apólices em todo o Brasil.

O aporte de recursos do governo federal no programa

para pagar 60% do prêmio bruto fomenta a massificação do seguro rural no país, cabendo ao produtor arcar com os 40% restantes, regra prevista desde o começo do programa e ratificada na Resolução nº 27, de 22/01/14, do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR).

Houve muita reclamação dos produtores, das seguradoras e dos corretores com a decisão tardia do MAPA. Além dos boletos bancários, alguns agentes financeiros vão debitar a taxa prêmio não paga pelo governo federal na conta corrente dos produtores que fizeram o financiamento de custeio, tendo contratado o seguro agrícola como garantia das operações.

Os produtores ligados à FAEP têm liderado as reclamações, pois 70% das apólices são do Estado, sendo outros 30% de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A FAEP defende a previsibilidade e estabilidade do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), fundamentais para a massificação desse instrumento de mitigação de riscos climáticos e de preços no país. Para isso é necessário o estabelecimento de política de longo prazo com a garantia de aplicação dos recursos estimados no Plano Trienal desse programa.

É importante seguir um cronograma de liberação de recursos considerando o calendário agrícola e, principalmente, respeito aos produtores que acreditaram no programa de seguro rural do governo federal.

Ágide Meneguette - Presidente da FAEP

Porque o Ministério da Agricultura deveria honrar o apoio ao Seguro do Milho



A FAEP tem levado o assunto do seguro do milho safrinha reiteradamente ao secretário de Política Agrícola para que reveja o seu posicionamento junto ao MAPA. Porém, não houve sensibilização sobre os prejuízos que essa medida representa a todos os envolvidos no desenvolvimento do mercado de seguro rural no país e à credibilidade do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), coordenado pelo MAPA.

Dentre os diversos argumentos apresentados pela FAEP, consta:

1. Nos últimos dois anos, os valores liberados para a subvenção do seguro no PSR para essa cultura foram de R\$ 97,5 milhões, em 2013, e de R\$ 72,0 milhões, em 2014, não havendo razão para o abrupto corte (zeramento) em 2015.
2. O MAPA informou tardiamente, em 14 de maio (Resolução nº 33 do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural - CGSR), a decisão de não apoiar o seguro de milho safrinha, quando 100% da safra já estava plantada.
3. Cabia ao MAPA informar com antecedência que não subvencionaria o seguro do milho safrinha, pois os produtores não podiam prever como seria o clima, de forma que contrataram o seguro, já que o plantio ocorre de janeiro a abril.
4. Não faz sentido o MAPA cortar o orçamento do milho safrinha deste ano, alegando que irá alocar recursos do orçamento em novembro de 2015 para o seguro do milho safrinha que será plantado apenas em 2016. Mais sensato seria pagar o seguro do milho safrinha de 2015

agora com o orçamento disponível de R\$ 278 milhões, e resolver o problema do milho safrinha de 2016 oportunamente, com o orçamento do próximo ano.

5. O seguro com subvenção deve ser ofertado quando o produtor está contratando o financiamento de pré-custeio nos bancos e planejando a compra dos insumos. Caso contrário o governo federal estará criando um entrave ao desenvolvimento do mercado de seguro rural, conforme já relatado pelo Tribunal de Contas da União em auditoria realizada em março de 2014.

6. A taxa do prêmio do seguro do milho safrinha é uma das mais altas, situando-se numa média de 16,2%, dos quais o governo sempre subsidiou 60%.

7. No Paraná, a cultura do milho safrinha é mais suscetível ao clima em junho e em julho, quando há riscos de geadas.

8. A maioria dos produtores não vai cancelar a apólice contratada, como chegou a sugerir o MAPA, pois quer proteção contra as adversidades climáticas até a colheita. Além disso, como a maioria fez o seguro entre janeiro e abril e já pagou os 40% do prêmio, não há valor a ser ressarcido. As seguradoras seguem regras de uma tabela normatizada pela SUSEP para cancelamento, prevendo desconto do período em que a apólice ficou vigente.

9. Há casos em que o cancelamento levaria o produtor a pagar um valor adicional, além dos 40% já pagos, considerando o período de vigência da apólice. Se os produtores cancelarem as apólices e ocorrerem problemas climáticos, haverá prejuízos financeiros significativos, com necessidade de socorro do governo com as indesejáveis renegociações de dívidas. Além disso, os corretores perdem as taxas de corretagem, apesar do trabalho realizado na venda do seguro.

10. Além dos boletos bancários, alguns agentes financeiros vão debitar a taxa prêmio não paga pelo governo federal na conta corrente dos produtores que fizeram o financiamento de custeio, tendo contratado o seguro agrícola como garantia das operações. Logo, não é possível cancelar o seguro dado em garantia num contrato de financiamento do custeio.

11. Em São Paulo, Santa Catarina e Paraná há programas estaduais que complementam a subvenção ao prêmio pago pelo governo federal. Esses programas não podem ficar à mercê de decisões tardias do MAPA, sob o risco de perderem a efetividade.

12. As Companhias Seguradoras estão em dificuldades financeiras,

pois o governo federal está devendo R\$ 690 milhões dos R\$ 700 milhões contratados em 2014 com apoio do programa de seguro, sendo que elas pagaram sinistros de R\$ 1,2 bilhão nos últimos dois anos, inclusive de 2014.

13. Já são 10 anos de retomada do convencimento pela cultura do seguro rural no Brasil, com o PSR atraindo produtores, cooperativas, associações, resseguradoras, seguradoras, corretores, peritos e outras profissões de especialistas, mas as incertezas causadas pelas atitudes do governo estão colocando em xeque a credibilidade do programa.

A FAEP coordenará Câmara de Culturas de Inverno

Foi instalada no último dia 15 a Câmara Setorial de Culturas de Inverno, que contará com a participação de 18 entidades. A Câmara é formada por instituições públicas e privadas, representantes de produtores, cooperativas, indústria, pesquisa, extensão, assistência técnica e órgãos do governo. Na 1ª reunião foi definida que a coordenação da Câmara Setorial será realizada pelo presidente da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, Ivo Arnt Filho. A secretaria coube a Altair Araldi, representante da Seab.

Dentre as finalidades da Câmara destacam-se ações como contribuir para a melhoria da eficiência dos processos de produção, da industrialização, da comercialização e da qualidade do produto final; propiciar o conhecimento e facilitar a transferência das inovações tecnológicas nas áreas de produção, industrialização e comercialização; sugerir medidas e políticas de preços, emprego e renda. Uma de suas principais funções será de discutir e propor políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do trigo paranaense.

A decisão sobre a instalação da Câmara foi tomada em reunião entre entidades ligadas à cadeia produtiva de culturas de inverno, inclusive a FAEP, no gabinete do secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, em Curitiba.

Os pontos nos “is” do secretário

Mauro Ricardo Costa, secretário da Fazenda, põe as contas em dia



Jornalista adora a boa frase, a “sacada” espirituosa, a explicação curta que resume um problema ou solução. Em dezembro do ano passado, o auditor fiscal Mauro Ricardo Costa, 52 anos, desembarcou em Curitiba para assumir a Secretaria da Fazenda, com a fama de controlador de gastos pelo exercício desse cargo em outros Estados. A fama se confirmou logo de saída ao dar uma entrevista resumindo numa frase boa, em vez de usar o “economês” a ópera que iria reger – o orçamento do governo paranaense.

- “É fácil quebrar um governo; o difícil é arrumar”, disse em entrevista ao jornal Gazeta do Povo.

Ao pegar o touro à unha, mostrando com quantos paus se faz uma canoa, ele promoveu o que os brasileiros ouvem todos os dias nos noticiários: ajuste fiscal. Em português mais claro, gastar menos do que se arrecada. Nesses primeiros cinco meses ele “fechou o fole da gaita” e foi abrindo gradualmente a partir deste junho de muito pinhão. No último dia 17, como manda a Constituição, ele foi à Assembleia Legislativa dar um retrato ainda em preto-e-branco das finanças estaduais.

- A receita corrente do Estado chegou a R\$ 12,3 bilhões, com crescimento nominal de 10,58% no período, ou 2,44% de incremento real.

- O resultado ocorreu pelo aumento na receita tributária, que de janeiro a abril foi de R\$ 8,6 bilhões e apresentou aumento nominal de 12,51% e real de 4,18%, na comparação com igual intervalo do ano passado.

- As despesas correntes cresceram menos. Passaram para R\$ 10,8 bilhões, o que representa uma variação nominal de 1,33% e uma redução de 6%, se considerada a inflação do período.

- Para a educação foram destinados 32,11% dos recursos do Estado, acima da obrigação constitucional, de 30% da receita líquida de impostos.

- Da receita, a folha de pagamento chegou a 45,97%, abaixo do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, de 46,55%.

- As despesas com pessoal no período somaram R\$ 5,6 bilhões, com queda nominal de 2,09% e real de 9,01%, por causa das mudanças na previdência.

- Contratos foram renegociados, o que resultou na economia de R\$ 136 milhões.

Ele explicou que as contas melhoraram pelo aumento de alíquotas de IPVA e de ICMS. O crescimento nominal na arrecadação de ICMS foi de 9,85% (1,94% real), chegando a R\$ 6,5 bilhões. No caso do IPVA, a variação nominal no quadrimestre foi de 20,57% (10,34% real), para R\$ 1,3 bilhão. O desempenho trouxe junto benefícios aos municípios do Estado, porque os repasses de ICMS e de IPVA aumentaram 9,71% e 22,48%, respectivamente.

O contingenciamento de recursos (R\$ 8,24 bilhões) e a transferência de 31 mil aposentados e pensionistas para o fundo previdenciário, que desonerou o Poder Executivo do pagamento de R\$ 121 milhões por mês foram outros fatores positivos.

“O aumento de receitas e o corte de despesas reduz o comprometimento dos gastos com pessoal, para que sobre mais recursos para atender as expectativas de 11 milhões de pessoas que residem no Estado”, afirmou.

O secretário ressaltou que a arrecadação do Paraná vai ter de crescer acima da inflação para honrar os compromissos assumidos e conseguir fazer investimentos. No período, os investimentos no Estado somaram R\$ 70,4 milhões, bem menos que os R\$ 461 milhões registrados de janeiro a abril de 2014. “Ainda há muito a fazer”, afirmou Mauro Ricardo Costa.

SEAB retoma pagamentos

Já foram atendidos 94 municípios em programas de calcário, diesel e outras ações da agricultura



A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab) retomou os pagamentos de obras e serviços que estavam pendentes com as prefeituras. Desde o final do mês passado, foram pagos R\$ 6,86 milhões para vários programas, como o de distribuição de calcário agrícola para pequenos produtores, compra de óleo diesel usado em máquinas para melhoria de estradas rurais, programa de apoio ao desenvolvimento e organização da produção de leite na região do Arenito, patrulhas sericícolas e gestão de solo e água em microbacias.

Até o momento, 94 municípios receberam os recursos. O secretário da Agricultura Norberto Ortigara, afirmou que a expectativa é zerar as pendências de pagamentos que vinham se acumulando desde o final do ano passado.

O pagamento de quase R\$ 7 milhões quita pouco mais da metade dos convênios pendentes, que somam cerca de R\$ 13 milhões, informou o diretor do Departamento Desenvolvimento Rural Sustentável (Deagro), Richardson de Souza.

Ele explicou que os pagamentos ainda pendentes estão

condicionados à regularização de documentação por parte das prefeituras. “Assim que elas apresentarem todos os documentos exigidos em convênio, a Secretaria da Agricultura incorpora o município na listagem para liberação dos pagamentos”, disse Souza.

Calcário

A maior parte dos pagamentos está sendo direcionada para o Programa de Apoio ao Manejo e Fertilidade dos Solos, que prevê a distribuição de calcário a pequenos agricultores familiares. “Essa ação é fundamental para os produtores que têm dificuldade para comprar o calcário, principalmente pelo custo do transporte, que encarece o produto”, afirmou Ortigara. O calcário é um insumo barato nas minas, concentradas na Região Metropolitana de Curitiba, mas chega caro ao interior pelo custo do frete. “Por isso, o esforço do governo em repassar recursos aos municípios, para que eles comprem o insumo em época adequada e a custos reduzidos e possam transferir esses benefícios aos agricultores”, disse o secretário.

O objetivo do programa é promover o máximo de resultado em aumento de produtividade na lavoura. Sem o insumo, a terra vai ficando ácida e a atividade agropecuária se torna muito difícil. A tecnologia facilita o trabalho na pequena propriedade, acrescentou.

Convênios

O repasse de recursos é feito por convênio com as prefeituras. Os municípios têm que cumprir atribuições técnicas, como selecionar os agricultores em conjunto com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, viabilizar as análises de solo para os agricultores, determinar um local adequado para colocar o calcário, promover a distribuição rápida e efetiva do insumo, e assegurar assistência técnica aos agricultores.

Rumo à rotulagem de frutas e verduras

Grupo Técnico Alimento Seguro incorpora sugestões dos produtores rurais ao texto da Resolução

Por Katia Santos



Em reunião realizada no último 15, as 12 entidades (*) do setor público e privado, que compõem o Grupo Técnico Alimento Seguro incorporaram sugestões elaboradas pelos produtores rurais ao texto da Resolução nº 748/2014 da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). Essa Resolução trata da rotulagem de frutas e verduras. As sugestões foram encaminhadas através do Sistema FAEP/SENAR-PR e da Central de Abastecimento do Paraná S/A (Ceasa).

“Essas adequações foram feitas no sentido de facilitar a aplicação da Resolução. Elas não mudam a essência da legislação, apenas facilitam a sua prática. Pelo que observamos da cadeia, a deliberação está adequada à realidade, mas é importante frisar que este processo não está fechado. Ao longo da prática podemos fazer outras

adequações”, explica o engenheiro-agrônomo, Marcos Valério de Freitas Andersen, da Vigilância Sanitária da Sesa.

A Resolução nº 748/2014 determina que a partir de 1º de julho, os consumidores paranaenses tenham mais informação na hora de comprar frutas e verduras embaladas ou em gôndolas dos supermercados. Para isso terá que ser produzido um rótulo indicando informações: da origem, lote e peso líquido dos produtos vendidos “in natura”. A data define as novas regras para um primeiro grupo de produtos: tomate, banana, laranja, maçã, cebola, repolho, cenoura, couve-flor, uva e morango. O objetivo é garantir mais segurança alimentar aos consumidores em todo o Estado do Paraná.

Tamanho do rótulo



Entre as principais mudanças está a alteração do tamanho dos rótulos e cartazes que agora devem seguir as regras já existentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os rótulos, que devem ser afixados nas embalagens dos produtos, terão que ter os tamanhos A7, A8 e A9. O mesmo acontecerá com os cartazes, que serão afixados nas bancas dos supermercados e feiras e também devem seguir o mesmo padrão A4, A5 e A7.

Identificação CAD/PRO

Na identificação do rótulo, o produtor rural pode usar o número do seu CPF ou o número do Cadastro do Produtor Rural (CAD/PRO). Esse cadastro possui todas as informações do produtor e da propriedade.

Prazo de Validade

A indicação da validade será somente para o produto embalado e pesado na ausência do consumidor, devendo constar o dia, mês e ano.

Complemento do Rótulo

Também ficou decidido que os produtores rurais, atacadistas e distribuidores, que já tenham algum tipo de rótulo impresso poderão usá-los. E caso falte alguma das informações exigidas na Resolução, os produtores podem completar os dados com etiquetas adesivas nesses rótulos já impressos. O prazo para utilização desses rótulos será de 180 dias a partir de 1º de julho.

Orientação 60 dias

Outra sugestão dos produtores é que houvesse um prazo para orientações. Ficou definido então um período de 60 dias a partir de 1º de julho onde serão feitas orientações caso os fiscais encontrem alguma falha no processo de rotulagem. Segundo Andersen, os fiscais não abrirão processos administrativos, apenas notificações ao produtor rural, distribuidores e comerciantes. Essa notificação tem o objetivo de corrigir alguma falha que venha a ser encontrada.

A fiscalização do cumprimento dessa Resolução será feita pelas Vigilâncias Sanitárias municipais. De acordo com o técnico da Sesa, essa fiscalização é uma rotina para os fiscais que visitam com regularidade os locais de venda de alimentos. São verificados: registro, temperatura (no caso de produtos lácteos) e agora será incluída a fiscalização dos produtos hortícolas comercializados in natura (1º lote: tomate, banana, laranja, maçã, cebola, repolho, cenoura, couve-flor, uva e morango).

Sobre as penalidades, Andersen adverte “é um processo acumulativo”. Na primeira verificação será feita uma simples advertência. A partir daí abre-se um processo com direito a defesa. Em uma próxima ocorrência é possível aplicar até uma pena pecuniária ou apreensão do produto. Nos casos extremos, os pontos de comercialização podem ser fechados e interditados com a cassação da Licença Sanitária.

Os produtores rurais e os responsáveis pela comercialização podem buscar informações nas 22 unidades regionais da Secretaria da Saúde. Os endereços podem ser acessados pelo site: <http://www.saude.pr.gov.br/>. O interessado deve clicar no link ‘Regionais de Saúde’ onde é possível obter: endereço, telefone e os municípios que integram essa unidade.



Marcos Andersen - SESA

Ministério Público



O Ministério Público do Paraná (MP-PR) participa do Grupo Técnico Alimento Seguro através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor. O trabalho para organizar e formatar o grupo técnico começou em 2012, quando o MP iniciou um trabalho voltado para o segmento de rastreabilidade de produtos de origem vegetal.

“Fizemos várias reuniões, coletamos informações técnicas e identificamos as instituições que compõem o grupo atualmente. Também foi elaborado um termo de cooperação para formalização e criação do grupo. Estamos envolvidos porque somos o órgão responsável na área da defesa do consumidor que cuida dos direitos como: direito à informação, quantidade/qualidade, etc.”, informa o procurador de Justiça e coordenador do Centro de Apoio as Promotorias de Defesa do Consumidor, Ciro Expedito Scheraiber.

O MP é o agente no grupo que tem instrumentos jurídicos – e para isso usa a legislação – e pode adotar medidas extraprocessuais ou processuais. As medidas extraprocessuais são de caráter administrativo podendo ser definidas como: organizar as entidades envolvidas no setor; promover esclarecimentos; reunir informações técnicas; e ainda pode chamar uma parte citada (produtor, distribuidor, fornecedor, comerciante, etc.) para fazer ajustamento de conduta.

As medidas de caráter processual do MP, com aspecto civil ou criminal, têm a função de processar ou investigar algum crime que venha ser cometido nessa área pelo não cumprimento da legislação vigente (Resolução nº 748/2014). Esses processos podem ocorrer por comunicação de qualquer uma das 12 entidades que compõem o GT, ou, por ofício encaminhado ao Ministério Público.

“O MP vem dar respaldo legal ao Grupo Técnico adotando inclusive medida penal para quem cometer um crime”, completa Scheraiber.

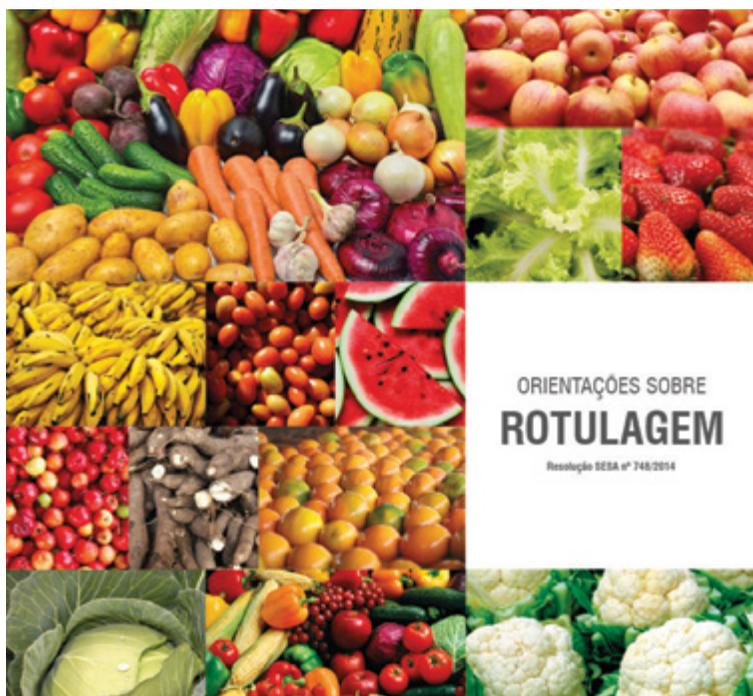
Para cumprir uma das medidas extraprocessuais o MP realiza no próximo dia 26 o encontro “Direito do Consumidor e Rotulagem de Produtos de Origem Vegetal”. O evento acontece das 8h30 às 12h30 no Edifício – sede do Ministério Público do Paraná, Rua Marechal Hermes, 751 – Centro Cívico – Curitiba. Podem participar produtores rurais, entidades envolvidas com o tema, estudantes de graduação de Direito e público em geral. Mais informações podem ser obtidas no site <http://www.consumidor.mppr.mp.br/>

(*)As entidades que compõem o Grupo Técnico Alimento Seguro são: Ministério Público do Paraná; Secretarias Estaduais da Saúde e da Agricultura; Emater; Ceasa; Agência de Defesa Agropecuária (Adapar); Centro de Agroecologia; Sistema FAEP/SENAR-PR; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná (Fetaep); Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB); Associação Paranaense de Supermercados (Apras) e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea).



rotulagem.sistemafaep.org.br

Cartilha



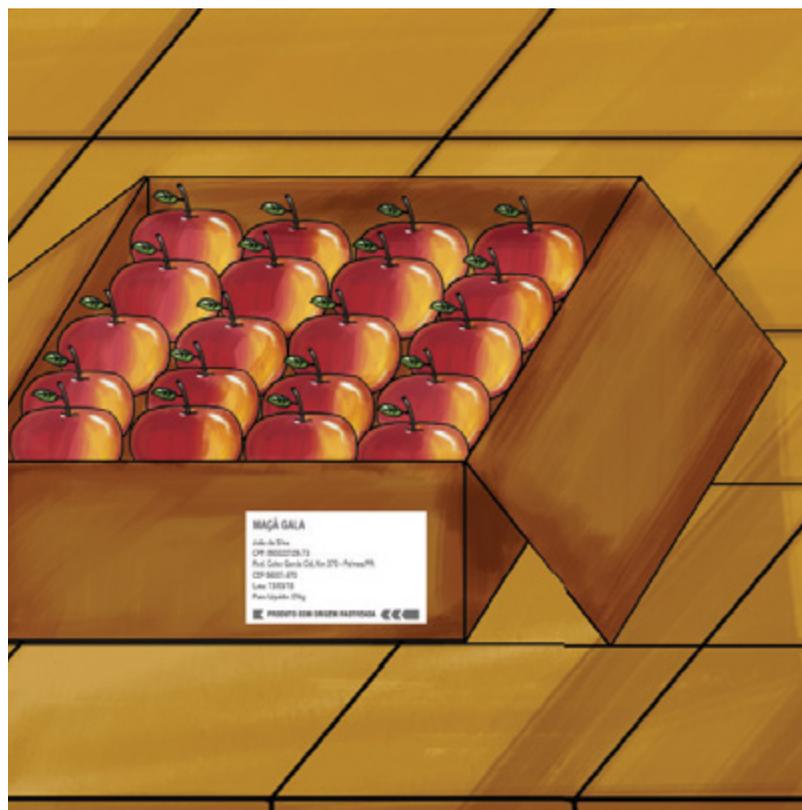
No Grupo de Trabalho Alimento Seguro foram definidas ações de divulgação e capacitação sobre a Resolução nº 748/2014. Nesse sentido o Sistema FAEP ficou responsável pela elaboração e

impressão de uma cartilha informativa. Foram impressos 15 mil exemplares, que estão sendo distribuídos nos eventos e pelos parceiros do GT. Uma nova tiragem está sendo produzida e será encaminhado aos sindicatos rurais.

A cartilha “Orientações sobre Rotulagem – Resolução Sesa nº 748/2014” também pode ser acessada pelo endereço eletrônico rotulagem.sistemafaep.org.br/legislação.

Na cartilha é possível conhecer em detalhes todas as orientações sobre a Rotulagem. Um dos exemplos são os rótulos e as informações que devem conter. Por exemplo, nos alimentos embalados prontos para serem oferecidos ao consumidor é necessária a identificação de origem (produtor, endereço completo), identificação do produto (nome, variedade, lote, data da colheita, data de validade, peso líquido e formas de conservação) e, também, contato claro do Serviço de Atendimento ao Consumidor.

A obrigatoriedade de rotulagem ocorrerá em três fases. A partir de 1º de julho, devem ser rotuladas banana, laranja, maçã, morango, uva, tomate, cebola, cenoura, repolho e couve-flor. Em 17 de dezembro, a medida começa a valer para abacaxi, goiaba, mamão, melancia, abobrinha, aipim, alface, batata, chuchu, pepino e pimentão. Os demais produtos terão de atender à exigência em 09 de junho de 2016.



Exemplo do rótulo que deve ser produzido pelo produtor rural

PRODUTOR

MAÇÃ GALA

Jodo da Silva
 CPF: 893022129-73
 Rod. Celso Garcia Cid, Km 370 - Palmas/PR
 CEP 86001-970
 Lote: 13/03/15
 Peso Líquido: 21kg

PRODUTO COM ORIGEM RASTREADA

CONSOLIDADOR

MAÇÃ GALA

Fruta Top
 CNPJ: 855322149-53 Ins. Est.: 10000279-44
 Rod. Avenida Brasília, 10.000 - Gleba Ribeirão
 Box: 30 CEP 86001-970
 Londrina/PR
 Lote consolidado: 1
 Data de Consolidação: 15/03/15
 Peso Líquido: 21kg

PRODUTO COM ORIGEM RASTREADA

Capacitações

Além da cartilha também estão sendo organizadas oficinas de capacitação em todo Estado. O objetivo é divulgar e esclarecer dúvidas sobre a Resolução nº 748/2014 da Sesa. Participam desses encontros produtores rurais, técnicos da Emater que atuam nas áreas de Olericultura e Fruticultura, distribuidores e atacadistas.

Até o momento foram realizadas 12 oficinas com a participação de cerca de 1,2 mil pessoas. Os eventos são realizados em parceria entre o Sistema FAEP/ SENAR, Fetaep, Ceasa-PR, Emater, Secretaria Municipal de Abastecimento de Curitiba (Smab), Secretarias Municipais de Agricultura, e Sesa.

Até agora foram realizadas oficinas nos municípios: Assaí, Campo Mourão, Cascavel, Colorado, Curitiba, Londrina e Maringá. Os palestrantes são a engenheira-agrônoma e técnica da FAEP, responsável pela elaboração da cartilha e pela cadeia de Hortifruticultura, Elisangeles de Souza (foto) e o engenheiro-agrônomo da Sesa, Marcos Andersen.



PRÓXIMAS EVENTOS DE ROTULAGEM DE FRUTAS E HORTALIÇAS “IN NATURA” Informações e Operacionalização Resolução nº 748/2014

DATA	HORÁRIO	CIDADE	LOCAL
19 de junho	9h as 11h	CURITIBA	Centro de Eventos da Unidade da CEASA-PR BR 116 - Km 111, Nº 22.881 – Tatuquara
26 de Junho	8h30 as 12h30	CURITIBA	Edifício Sede do Ministério Público no Paraná R. Marechal Hermes, 751 – Centro Cívico
30 de Junho	13h30 as 17h	PONTA GROSSA	Associação dos Engenheiros Agrônomos dos Campos Gerais R. Julia Wanderley 137 – Centro
01 de Julho	9h as 11h	FOZ DO IGUAÇU	Auditório da Unidade da CEASA-PR Av. Jucelino Kubitschek, 1254
02 de julho	13h as 15h	TOLEDO	Centro de Evento Ismael Sperafico Rod. BR-467, km-71 – Jardim Europa
07 de julho	18h as 19h30	MARINGÁ	Associação Comercial de Maringá R. Basílio Sautchuk – 388 - Centro
08 de julho	9h as 11h	JANDAIA DO SUL	Sede da EMATER Av. Souza Naves S/nº.
08 de julho	18h as 19h30	BANDEIRANTES	Auditório do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) Av. Comendador Luiz Meneghel, nº 992 – Centro
09 de julho	18h as 19h30	LONDRINA	Auditório APRAS R. Rio grande do Norte 750 – Centro

Produtor rural: olho nas sementes próprias

O uso de semente de soja de alta qualidade é fundamental para o sucesso da lavoura



A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes (Abrates) alertam: em tempos de crise, o uso de sementes próprias pode comprometer o sucesso das lavouras. A semeadura de mais uma safra de soja está se aproximando. Com as perspectivas de preços da soja inferiores em relação aos anos anteriores e com os constantes aumentos do custo de produção, o produtor está muito apreensivo, estudando todas as possibilidades de baixar ao máximo esses custos.

Segundo José Barros França Neto, pesquisador da Embrapa Soja e presidente da Abrates, o produtor deve economizar ao máximo, porém deve ter sempre em mente que o uso de semente de soja de alta qualidade é fundamental para o sucesso da lavoura. “Todo o investimento do produtor poderá estar comprometido, bem como o sucesso da lavoura, caso as sementes utilizadas não sejam de alta qualidade. O sojicultor deverá ter muito cuidado nessa hora”, afirmou.

De acordo com ele, o uso de sementes próprias é legal, mas é importante que todos os procedimentos de registro dos campos de produção tenham sido realizados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Além disso, o produtor deve ter a certeza de que as sementes próprias, que por ventura venham a ser utilizadas, efetivamente sejam de alto vigor e germinação.

Qualidade

O pesquisador orienta que a qualidade da semente apresenta quatro importantes componentes: qualidade fisiológica - sementes com altos vigor e germinação; qualidade sanitária - sementes livres de patógenos transmitidos pela semente, que poderão ser a fonte de inóculo de doenças, e livres de sementes de plantas daninhas; qualidade genética - que garante que as sementes são geneticamente puras e livres de misturas com sementes de outras cultivares; e qualidade física - assegura uma semente pura, livre de material inerte e de contaminantes.

Sementes de alto vigor propiciam a germinação e a emergência de plântulas em campo de maneira rápida e uniforme, resultando na produção de plantas de alto desempenho, que têm um potencial produtivo mais elevado. Plantas de alto desempenho apresentam uma taxa de crescimento maior, têm uma melhor estrutura de produção, com um sistema radicular mais profundo e produzem um maior número de vagens e de sementes, o que resulta em maiores produtividades.

Dados de pesquisa comprovam que em nível de parcelas experimentais, podem-se obter aumentos de produtividade variando de 25% a 35% somente pelo uso de sementes de alto vigor. Em condições de lavouras comerciais, têm-se observado aumentos.

Fundada em 1970, a Abrates é uma organização sem fins lucrativos que visa impulsionar o desenvolvimento de tecnologias para o aprimoramento da produção de sementes no país e incentivar a publicação de trabalhos técnicos científicos, a divulgação de resultados de pesquisas em tecnologia de sementes e a atualização tecnológica.

Fonte: Abrates



A TRANSIBERIANA

A FERROVIA RUSSA QUE CRUZA DOIS CONTINENTES

Cruzar os 9.289 quilômetros da Ferrovia Transiberiana é conviver com oito fusos horários, atravessar dois continentes (Europa e Ásia), além de 12 regiões e 87 cidades russas em cerca de 146 horas ou mais de seis dias de viagem. Ela conecta a Rússia Europeia com as províncias do Extremo-Oriente Russo, Mongólia, China e o Mar do Japão. A ferrovia Transiberiana (Transsibirskaya magistral) é uma obra monumental da engenharia.

Sua construção durou de 1891 a 1916. Mais tarde os trens se tornaram mais velozes, a ferrovia foi modernizada, as pontes provisórias de madeira substituídas por estruturas mais resistentes e o processo de eletrificação só ficaria pronto quase 90 anos depois, em 2002.

O governo russo na época dos Czares tinha pressa em ver aquelas linhas férreas em funcionamento. A cada ano eram acrescentados novos 500 a 600 km de trilhos, e no auge das obras (de 1895 a 1896) contou com o trabalho de cerca de 84 mil trabalhadores.

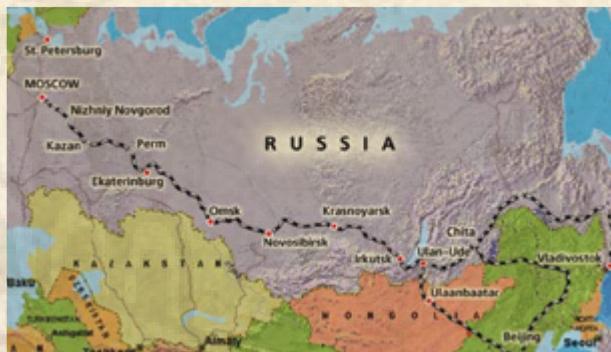
Os trens que seguem de Moscou com destino a Vladivostok, partem da estação Iaroslávski, na capital, onde estão instaladas colunas especiais de indicação de quilometragem com o marco "0 km". No outro extremo, em Vladivostok, está o marco "9.298 km". Sua extensão só é inferior às linhas entre Moscou e Pyongyang, a ca-

pital da Coreia do Norte (10.267 km) e a Donetsk (cidade da Ucrânia, hoje área de conflito com pró-russos) a Vladivostok2 (9.903 km).

A ideia da construção dessa ferrovia começou em 1867, quando o governo russo percebeu que a Sibéria, mesmo sendo território selvagem, continha riquezas que ainda não haviam sido exploradas, como enormes jazidas de ouro. Até então somente os negociantes de pele faziam fortuna. Na época o Império Russo estava em dificuldades financeiras por conta da Guerra da Crimeia (1853-1856) e havia vendido o Alasca para os EUA.

As autoridades czaristas compreenderam rapidamente a importância econômica e estratégica de um trem que ligasse Moscou a Vladivostok, a jovem cidade construída em frente ao Japão, rival histórico da Rússia. No caso de guerra com os japoneses, a ferrovia seria um meio eficaz para transportar as tropas – o que foi confirmado em 1904. Nesse ano começou a guerra russo-japonesa entre o Império do Japão e o Império Russo, que estavam disputando territórios da Coreia e da Manchúria. Os japoneses foram os vencedores e essa foi a primeira vez na História que um país europeu foi derrotado por uma nação asiática. Além da derrota militar, o regime Czarista foi se deteriorando, mas só seria deposto pela Revolução Comunista de 1917.

“HERÓIS DA PÁTRIA”



A construção da Transiberiana foi realizada em condições climáticas difíceis e, em quase toda a sua extensão, a estrada desbravou regiões despovoadas. Florestas inteiras foram abatidas, rios desviados, milhares de quilômetros de trilhos instalados e centenas de pontes construídas. Praticamente todo o trabalho foi executado de forma manual e com o uso de ferramentas primitivas, como machado,

serra, pá, picareta e carrinho de mão.

Os construtores da ferrovia foram declarados “heróis da pátria”, uma homenagem modesta para quem sofreu tanto. Após um dia inteiro cavando, atulhando, instalando vigas e trilhos, os trabalhadores eram transportados em carroças aos casebres de madeira mofada sob neve, vento ou calor escaldante, e sob o ataque constante de mosquitos. O abastecimento de provisões, água potável – e vodca – era problemático. “Fossem engenheiros ou operários, esses homens famintos podiam se transformar em animais selvagens, capazes de estrangular um camarada por uma simples migalha de pão”, contam historiadores. Milhares ficaram cegos por causa de picadas de insetos. Um relatório destinado ao Czar Aleksandr III informava que somente com a substituição dos defuntos por novas levas de trabalhadores seria possível concluir a ferrovia.

Para a União Soviética e posteriormente a Federação Russa, a Transiberiana trouxe grande valor para o desenvolvimento econômico do país ao agilizar a circulação de mercadorias e explorar petróleo e outros recursos. A ferrovia tem capacidade de transportar até 100 milhões de toneladas de carga por ano, além de ser uma forte atração turística.

GULAGS E RIQUEZAS

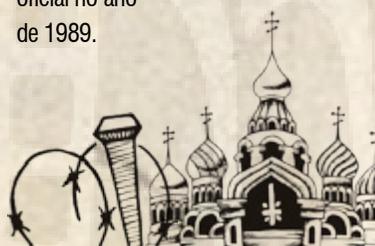
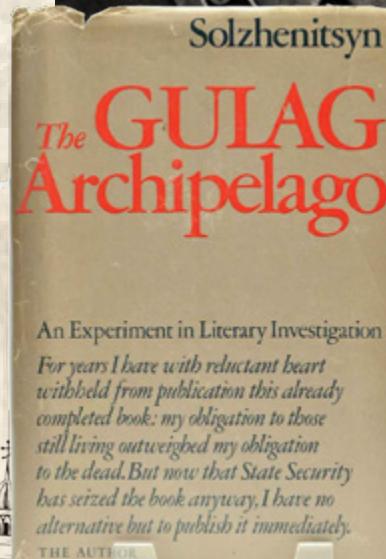
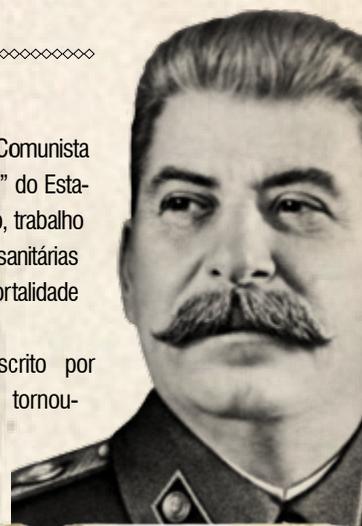


A Sibéria é uma vasta região da Rússia e do Norte do Cazaquistão, integralmente no Norte da Ásia. Sua dimensão varia conforme as fontes consultadas, mas seriam 13.488.500km², algo como uma vez e meia o território brasileiro. Segundo o governo russo, a Sibéria concentra cerca de 80% dos recursos petrolíferos do país, cerca de 85% do gás natural, 80% do carvão e a mesma quantidade de metais preciosos e diamantes, além de pouco mais de 40% da madeira do país. Em razão disso, a exploração da Sibéria é extremamente vantajosa.

A região ficou famosa pela presença dos Gulags, campos de trabalho forçado da ex-União Soviética (URSS), criado

pelo ditador Joseph Stalin após a Revolução Comunista de 1917 para abrigar criminosos e “inimigos” do Estado. A combinação de isolamento, frio intenso, trabalho pesado, alimentação mínima e condições sanitárias quase inexistentes elevavam as taxas de mortalidade entre os presos.

O livro Arquipélago Gulag, escrito por Alexander Solzhenitsyn entre 1958 e 1967, tornou-se um dos mais vendidos no mundo ao narrar fatos presenciados pelo autor, prisioneiro durante 11 anos, em Kolima, num dos campos do arquipélago, e por 237 pessoas, que confiaram as suas cartas e relatos ao autor. A obra foi publicada no ocidente no ano de 1973 e circulou clandestinamente na União Soviética, numa versão minúscula, escondida, até à sua publicação oficial no ano de 1989.



Sistema FAEP/SENAR-PR capacita 200 técnicos da Fetaep



O Sistema FAEP/SENAR-PR, em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), capacitou 200 dirigentes sindicais, assessores técnicos e funcionários dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Serão abordados dois temas: o preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a operacionalização do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA (CCIR).

O presidente da Fetaep, Ademir Mueller, visitou os locais das aulas. “Já tive retorno de alguns participantes das primeiras turmas, que saíram muito satisfeitos com o nível do conteúdo. A parceria Fetaep/SENAR-PR, está cumprindo seu papel de preparar uma grande equipe para trabalhar com o CAR em âmbito estadual”, avalia.

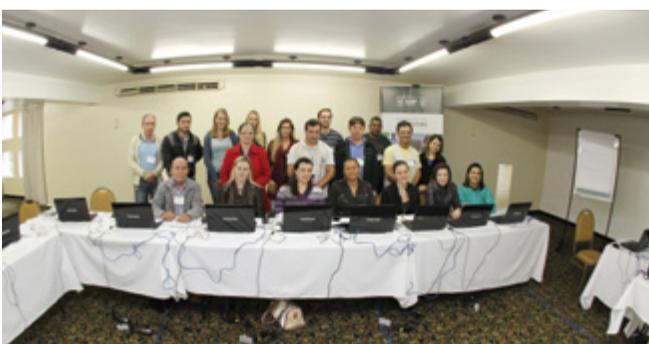
Para Muller, a expectativa de ampliar o quadro de pessoas qualificadas na estrutura da Fetaep foi atingida. “Sabemos da importância do preenchimento do CAR e do CCIR, por isso estamos aprofundando o conhecimento desses técnicos a fim de agilizar ainda mais

o preenchimento desses cadastros”, afirma.

A capacitação do CAR tem carga horária de 16 horas. As aulas foram ministradas em Curitiba. Os participantes foram divididos em duas datas: 09/10 e 16/17 de junho. Os funcionários foram divididos em cinco turmas de 20 participantes. As aulas foram ministradas por instrutores do SENAR-PR e supervisionadas pela engenheira-agrônoma e técnica do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, Carla Beck.

Os participantes, receberam duas cartilhas produzidas pela FAEP. Um dos volumes traz a íntegra da lei do Código Florestal e o outro, um bê-á-bá sobre como fazer o cadastro; quem é o responsável pelas informações; quais as informações necessárias para preencher o CAR e como acessar o Sicar.

Já o treinamento sobre o preenchimento do CCIR foi ministrado pelo técnico da FAEP, Altevir Goes.



Pela duplicação da BR-369

FAEP apoia movimento para duplicar rodovia entre Jataizinho e Ourinhos (SP)



No início de junho foi formado um movimento na região Norte do Paraná pela duplicação da BR-369, especificamente no trecho de 95 quilômetros entre as cidades de Jataizinho e Ourinhos (SP). “A ampliação da rodovia vai melhorar a logística para o escoamento da produção agrícola e é fundamental para o desenvolvimento do Norte Novo e Pioneiro do Estado”, defendeu o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette.

No próximo dia 26 de junho, o movimento vai reunir mais de 200 entidades, em Cornélio Procópio, para a elaboração de um documento que será encaminhado à empresa Econorte, que explora o pedágio da rodovia. A duplicação vai diminuir o número de acidentes e melhorar a logística da região.

O movimento, que envolve 49 municípios e 600 mil pessoas, se reuniu, no último dia 09 de junho, na sede do jornal Folha de Londrina.

Durante o encontro, representantes de entidades ligadas ao agronegócio, da Associação dos Municípios do Norte do Paraná (Amunop) e da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro (Amunopi) defenderam a ampliação do trecho. De acordo com o presidente da Sociedade Rural da Região de Cornélio Procópio (SRRCP), Jair Machado, um dos coordenadores do movimento, a integração da Amunop e a Amunopi foi fundamental para que o movimento alcançasse toda a região.

Articulação

No último dia 15 de junho, os organizadores do movimento entregaram um documento ao secretário de Planejamento, Sílvio Barros,

durante evento promovido pela Associação Comercial de Cornélio Procópio. O documento pede apoio do governo do Estado no cumprimento do contrato que prevê a duplicação.

O movimento ganhou força nas mídias sociais e em apenas dois dias, segundo reportagem publicada pela Folha de Londrina (17/06), em torno de 17 mil usuários haviam visualizado a logomarca na página do movimento. “Há um clima de muita expectativa em torno deste movimento. Nós queremos que parem de morrer pessoas, famílias nesta rodovia. Nós precisamos desta duplicação como forma de retribuição da concessionária, pelos 17 anos de pagamento nas praças de pedágio de Jataizinho e de Jacarezinho, na divisa com o Estado de São Paulo. Estamos promovendo várias reuniões para mobilizarmos a sociedade civil organizada neste movimento e a receptividade tem sido intensa”, concluiu Cléa Oliveira, prefeita de Leópolis.

O café no Paraná 40 anos depois da geada de 1975

Por José Hess - engenheiro florestal do DTE/FAEP

O Paraná já foi líder mundial na produção de café. Em 1962, a cafeicultura tomava conta de 9% da área do Estado, equivalente a 1,8 milhão de hectares (ha). Porém, 40 anos depois da geada que dizimou boa parte dos cafezais, o Paraná amarga a menor área cafeeira da história com 52.900 ha, ou seja, 0,3% da área do Estado.

Essa história foi marcada por várias fases da cafeicultura brasileira. A primeira, até a década de 60, foi caracterizada por grandes áreas de cultivo, alta fertilidade natural do solo, grande disponibilidade de mão de obra, e intervenção direta do governo no controle dos estoques. O Brasil exportava 17 milhões de sacas de café, o que representava mais de 51% das exportações brasileiras.

A segunda fase, na década de 70, iniciou-se a mecanização devido a menor disponibilidade de mão de obra. Intensificou-se o uso de defensivos conforme foram aparecendo doenças. Havia crédito, subsídio e forte atuação do Instituto Brasileiro do Café (IBC) na regulação de estoque e na exportação.

Com as fortes geadas de 1975, que dizimaram as lavouras cafeeiras, o Paraná inicia um processo de substituição da cultura permanente por culturas temporárias e pastagens, destacando a sucessão soja – trigo.

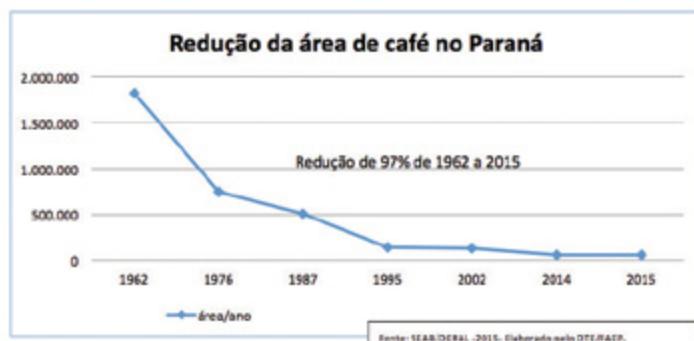
Os anos 90 foram caracterizados pela abertura do mercado, redução significativa da área cultivada nos Estados do Paraná e São Paulo com migração para Minas Gerais e Espírito Santo. Com a extinção do IBC, redução do crédito e elevação do custo de produção, observa-se a redução da área cafeeira para 400 mil hectares, equivalendo a 2% do Estado.

Em 2002, a atividade cafeeira era desenvolvida por cerca de 17 mil produtores em uma área de 128 mil ha, distribuídos em 210 municípios das regiões Norte, Centro e Noroeste, segundo a Seab e o IBGE.

Paralelamente à diminuição da área cultivada com café, substituída por culturas temporárias, as grandes áreas de cafezais praticamente deixaram de existir. A produção foi concentrada nas pequenas propriedades com tamanhos entre cinco e 10 ha, representando

mais de 70% das propriedades com café.

Em consequência das geadas ocorridas em 2013, seguidas de seca, as empresas beneficiadoras e de negócios de café fecharam ou mudaram-se para São Paulo e Minas Gerais, gerando desemprego e reduzindo a representatividade do Paraná no âmbito de exportação e negócios de café.



Os produtores que permanecem na atividade estão liberando parte das áreas para diversificar com outras culturas, reduzindo a mão de obra com adoção da mecanização parcial ou total, procurando aumentar a produtividade.

Os desafios cada vez mais se tornam maiores para os 12 mil produtores rurais da cafeicultura paranaense. A comercialização é pressionada pelos altos custos da mão de obra, com o maior piso regional do país, e pelos insumos que acompanham as altas na cotação do dólar.

A perspectiva para 2015 é de retomada da produção após dois anos muito ruins. Porém, com a safra cheia, pois as chuvas e o clima auxiliaram na formação dos grãos de café, os preços podem ser mais baixos devido a maior oferta no mercado.

Para a atividade ser sustentável e parar de perder área anualmente é necessário um esforço conjunto de produtores, governos, assistência técnica, pesquisa e indústria na busca de soluções integradas para toda a cadeia produtiva.

Salvando a Pátria

Safra 2014/2015 de 204,3 milhões de toneladas e boas previsões para a próxima, segundo dados do IBGE



Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), no último dia 11, mostram que a produção brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas, na safra 2014/2015, atingiu 204,3 milhões de toneladas. O número representa um crescimento de 5,9% em relação à safra anterior, com 192,9 milhões de toneladas. Enquanto a maioria dos setores está no vermelho, afundando, a agricultura continua salvando a economia brasileira. O setor avançou nos três primeiros meses deste ano 4,7% em relação ao quarto trimestre de 2014.

De acordo com o IBGE, a safra da soja deverá colher 96 milhões de toneladas, 11,5% acima dos 86,1 milhões de toneladas da safra anterior. No caso do milho, os números indicam que a segunda safra vai alcançar 49,4 milhões de toneladas, 2% a mais em relação à safra 2013/2014.

O arroz, o milho e a soja representaram juntos 91,9% da estimativa de produção e responderam por 86% da área a ser colhida. Em relação ao ano anterior, ainda segundo o IBGE, houve aumento de 5,4% na área plantada de soja, 0,8% na do milho e, no caso do arroz, ocorreu redução de 3,4% na área plantada. A pesquisa foi realizada entre os dias 17 e 23 de maio, com levantamento sobre área plantada, produção e produtividade média estimada, evolução do desenvolvimento das culturas, dentre outras variáveis.

Destaques da produção

Arroz: A estimativa de maio para a safra nacional 2015 informa uma área colhida de 2,3 milhões de hectares, com uma produção de 12,4 milhões de toneladas e rendimento médio de 5.468 kg/ha, maior, respectivamente, 0,1%, 1,3% e 1,2%, quando comparados aos dados do mês anterior. A Região Sul é responsável por 78,9% da produção nacional.

Milho (em grão): A produção total de milho estimado para esta safra é de 79 milhões de toneladas, alta de 3,6% em relação ao mês anterior, refletindo o forte aumento de 6,6% da produção da segunda safra. A estimativa de produção do milho primeira safra caiu 0,9% em relação ao mês de abril. O encerramento da colheita trouxe dados sobre as consequências da seca enfrentada pela região Nordeste do país, onde houve redução de 7,2% frente ao mês anterior. O Rio Grande do Sul estima produção de 5,6 milhões de toneladas, alta de 2,5% em relação a abril. No Paraná, a área de milho (2ª safra) é estimada em 1,9 milhões de hectares, com uma produção de 10,4 milhões de toneladas. Já para o milho safrinha a estimativa é de 4,7 milhões de toneladas.

Soja (em grão): A estimativa da produção de soja é de 96,3 milhões de toneladas, alta de 0,7% em relação a abril, o que equivale a 647.476 toneladas a mais. Essa alta decorre do aumento de 0,7% da área colhida. O Mato Grosso, principal produtor da leguminosa no país, estima leve retração de 0,2% na produção que passou a ser 27,6 milhões de toneladas, em decorrência, principalmente, da redução de 1,1% no rendimento médio, reavaliado em maio em 3.099 quilos por hectare ou 51,7 sacas por hectare.

O Rio Grande do Sul obteve um aumento de 3,2% na produção frente ao mês anterior, refletindo condições climáticas favoráveis, sendo aguardada produção de 15,6 milhões de toneladas. O rendimento médio foi elevado em 3%, totalizando 2.976 quilos por hectare.

No Paraná, o levantamento aponta para uma área de 5,1 milhões de hectares, com uma produção de 16,9 milhões de toneladas. No caso da segunda safra, a expectativa é de que a área plantada some 42 mil hectares e uma produção de 4,7 milhões de toneladas.

Capacidade de armazenagem

O IBGE informou ainda que, no segundo semestre de 2014, em consequência principalmente da reformulação feita na Pesquisa de Estoques, houve redução de 13,8% no número de estabelecimentos ativos da rede armazenadora do país. Com isso, a capacidade útil instalada caiu 2,6% em comparação com o primeiro semestre do ano passado. Já no segundo semestre de 2014, a rede contava com 7.927 estabelecimentos ativos, dos quais 46,5% instalados na região Sul, 25,6% na região Centro-Oeste, 18,6% na região Sudeste, 6,5% na região Nordeste e 2,8% na região Norte.



Enquanto isso...

Os resultados da catastrófica política econômica do governo federal nos últimos anos chegou de vez à vida e principalmente ao bolso dos brasileiros. Inflação e desemprego trouxeram a constante alta dos índices de inadimplência dos consumidores.

Em maio ocorreu o maior índice de inadimplência mensal do ano, segundo a Serasa Experian, empresa de análises e informações para decisões de crédito. A alta foi de 4,8% em relação a abril e na comparação com maio de 2014, o indicador cresceu 14,9%. As dívidas com os bancos, cartões de crédito, financeiras, lojas em geral e prestadoras de serviços como telefonia e fornecimento de energia elétrica e água foram as principais responsáveis pela alta.

A inflação de 8,5% está no maior patamar desde 2003. O comércio externo é o mais fraco desde 2010, comparando os primeiros quatro meses de 2015 com o mesmo período no ano anterior. O setor industrial apresenta queda de 6,3%, a produção de caminhões voltou aos patamares de 1999, o déficit público é o mais alto desde 2002. Entre os setores, o principal impacto negativo foi observado em veículos automotores, reboques e carrocerias (-21,3%). A presidente Dilma Rousseff afirmou que a “marolinha”, como Lula definiu a crise econômica em 2009, virou “uma onda”, mas o que se percebe é que o país está andando de ré.

Crise, seguro, venda casada, clima

Os temas da Comissão Técnica de Cereais

Por Katia Santos



“As previsões para a economia brasileira não são boas, o dólar e as taxas de juros continuarão aumentando. A conta de oito anos do governo Lula e quatro anos do governo Dilma chegou; e nós vamos ter que pagar. Por isso o produtor rural deve ser cauteloso e buscar novas formas de diversificar sua atividade para encontrar outras formas de gerar renda na propriedade”. A análise foi do presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, ao abrir a reunião da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Federação, na manhã do último dia 15.

Ágide afirmou que nas crises econômicas que abalaram as principais economias mundiais, os governos investiram em infraestrutura para reequilibrar os efeitos das dificuldades e tentar manter a oferta de empregos. “Aqui o governo optou por aumentar salários e conceder benesses aos aliados. Se hoje o Brasil ainda anda pra frente é graças ao agronegócio que paga a conta da falta de infraestrutura e logística do país para escoar e comercializar sua safra”, avaliou.

“Começaram a sacudir essa roseira, já caiu muita flor e ainda vai cair muito mais”, comentário do presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette sobre as denúncias de corrupção no país.

Sobre o Cadastramento Ambiental Rural (CAR), Ágide explicou que a FAEP tem intensificado o treinamento de funcionários dos sindicatos rurais, prefeituras, cartórios, e mais recentemente funcionários da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep).

“Totalizamos a capacitação de três mil profissionais de todas as regiões do Estado e esperamos que esses grupos possam ajudar os produtores no preenchimento CAR. A FAEP tem investido seus esforços nesse sentido de agilizar esse trabalho”, disse.

Sobre as contínuas denúncias de corrupção e desvio de verbas públicas tanto federais como estaduais o presidente da FAEP ponderou: “A justiça está indo atrás do dinheiro, porque quando se encontra o dinheiro, se chega às pessoas. Começaram a sacudir essa roseira, já caiu muita flor e ainda vai cair muito mais”, observou.

Ágide relatou aos 35 representantes dos sindicatos rurais na Comissão sobre o trabalho que a FAEP está desenvolvendo junto ao governo do Estado, e mais especificamente com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, buscando aproximar o meio acadêmico às necessidades do agronegócio. Ele lembrou que essa foi uma das reivindicações feitas no Plano Diretor do Agronegócio elaborado pela FAEP e entregue a todos os candidatos ao governo do Estado do Paraná.

“A agricultura é uma atividade que contribui muito com a economia do Estado e precisamos da pesquisa das instituições de ensino para continuar a crescer. É isso que acontece nos Estados Unidos e Europa. O Meio-Oeste americano é um exemplo, primeiro o governo levou as instituições de ensino, depois os produtores começaram a

produzir a partir das pesquisas e estudos, e hoje é uma das maiores regiões produtoras do mundo. Temos muitas demandas, mas também somos uma área que possui muitos campos que podem ser explorados pela pesquisa aplicada para o meio acadêmico”, observou.

Dois exemplos dessa aproximação com a área acadêmica foram citados. O primeiro, pelo produtor rural, Edilson Gorte, de Ponta Grossa. “O sindicato organiza encontros semanais com os produtores e mais recentemente tivemos a presença do reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Carlos Luciano Sant’Ana Vargas. Nossa intenção é criarmos um canal de comunicação e colaboração com a instituição”. Outro caso de parceira envolve o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e a Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte da FAEP, que estão trabalhando para revitalizar a atividade no Estado.

Seguro rural

O economista e coordenador do Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP, Pedro Loyola, comentou o corte do secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), André Nassar, dos recursos do seguro rural ao plantio do milho safrinha.

“Nos países desenvolvidos onde a agricultura tem peso na economia, o governo investe na atividade apoiando os produtores com uma política agrícola séria, que inclui a oferta de seguro rural garantindo renda e custeio a uma atividade com alto grau de risco. Infelizmente os produtores, em particular os paranaenses, terão que arcar sozinhos com o custo do seguro para o plantio do milho safrinha. Apesar dos contínuos esforços da FAEP em mostrar ao governo a necessidade e importância do seguro rural”.

Venda casada

Loyola deu uma boa notícia aos participantes em relação a constante luta da FAEP contra operações de venda casada aos produtores que contraem financiamentos nos bancos. De acordo com o economista, um grande passo foi dado durante um encontro entre a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) no Congresso, o Banco Central e representantes de vários bancos privados e instituições que defendem os produtores rurais.

“O Banco Central se prontificou a investigar com mais veemência as denúncias encaminhadas e não será necessário repassar



Edilson Gorte, Produtor Rural em Ponta Grossa

os nomes dos produtores que se sentiram achacados pelos gerentes. Basta encaminhar o número de casos e a agência, que o BC fará a investigação. Recentemente um exemplo disso ocorreu no Rio Grande do Sul e teve um final feliz”.

Loyola lembrou ainda que o Banco do Brasil divulgou que Título de Capitalização, não poderá ser incluído nas metas de vendas dos gerentes.

“Temos que ter bem claro, a diferença entre venda casada e reciprocidade. No primeiro caso, o produtor rural é assediado e em alguns casos é obrigado a investir parte dos recursos que financiou em aplicações financeiras que não são rentáveis. Quando ele se nega simplesmente não consegue a liberação do seu pedido de crédito. Outra coisa é colaborar com o gerente que te atendeu fazendo seguro de carro ou de equipamentos agrícolas com o banco que está financiando recursos para você produzir sua safra”, analisou o presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, Rodolpho Luiz Werneck Botelho.

O produtor, engenheiro-agrônomo e integrante da Comissão Técnica de Cereais, Fábio Rodrigues Ferreira, de Cambará, ressaltou a importância do trabalho que a FAEP vem fazendo ao longo dos anos para combater essa prática inadequada dos bancos. “Essa realidade ainda não acabou no Paraná, mas diminuiu muito e devemos isso ao esforço e trabalho da Federação, que sempre nos orienta e direciona as denúncias. Essa prática é abusiva, e o produtor rural precisa saber que pode contar com a FAEP para coibir esses abusos”, afirmou.



Previsões Climáticas



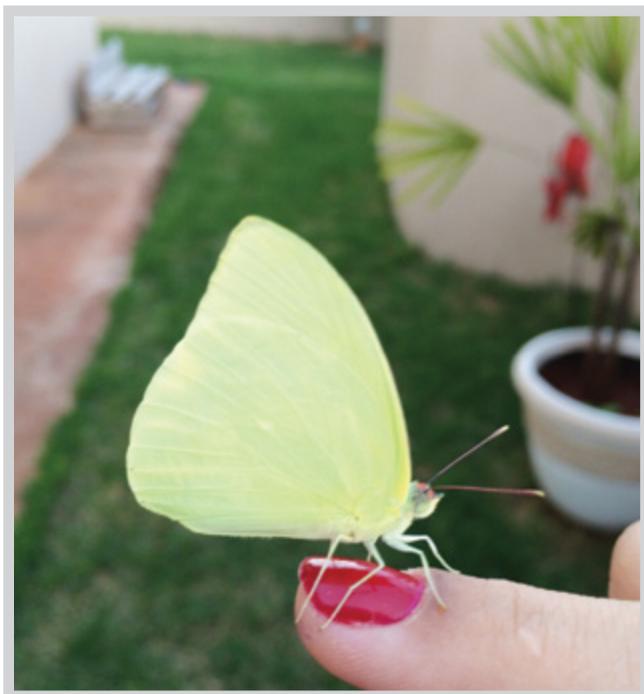
O meteorologista, Renato Lazinski, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet/MAPA) fez um breve relato aos produtores sobre as estimativas climáticas tanto no Brasil como nos Estados Unidos, mais especificamente sobre o Meio-Oeste americano, maior região produtora de grãos.

Segundo o especialista, este ano o continente americano está sob a influência do El Niño, fenômeno que registra o aquecimento das águas do Oceano Pacífico e, portanto, provoca incidência de chuva em todo o continente.

As estimativas apontam para a ocorrência de chuvas regulares e um pouco acima da média até janeiro de 2016. Isso aponta para uma boa produção e colheita aqui no Brasil, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Esse comportamento do clima também deve ocorrer nos Estados Unidos, o que pode ser traduzido em uma boa safra de grãos no Brasil e nos Estados Unidos.

“Nesse inverno o Paraná dificilmente terá uma janela de 10 dias sem chuva, os períodos serão curtos de dois a três dias. Caso os americanos tenham algum problema com o clima será com excesso de chuva, mas não com a falta dela”, completou.

Em relação ao inverno há previsão de geadas, mas que ocorrerão em períodos curtos e não devem afetar as culturas de inverno.



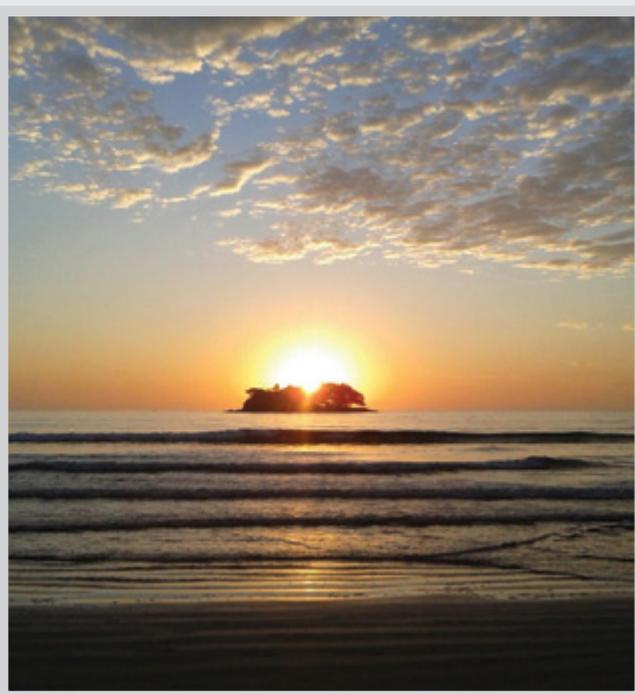
Natureza - A bellissima borboleta, provavelmente atraída pela cor do esmalte foi fotografada pela Fernanda Rodrigues - **Uraí-PR**



Captura 1 - Antônio Rigoto não identificou onde fotografou a captura dessa rolinha pelo gavião.



Dúvida - Valdemar Galdino - **Wenceslau Braz/PR** enviou essa foto, possivelmente no pantanal ou no delta do Rio Nilo. Ou ainda seria um jacaré ou um crocodilo que migrou para o Norte Pioneiro? Hein, Waldemar?



O amor e a ilha - Luiz Viola Daminieli, de Balneário Camboriú (SC), enviou essa foto do sol nascente que aparenta separar a pequena ilha, num flagrante de sua mulher Maria Rosa. Segundo ele, "Somos eternos namorados, num casamento de 46 anos".

Perdas no pós colheita atrai pesquisadora norte-americana

A FAEP recebeu no último dia 12, a jovem doutora Mary Avends-Kuenning, da Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. Ela veio ao Brasil para estudar as perdas de soja e milho que acontecem após a colheita, durante o transporte da safra e a secagem dos grãos.

Esta é uma preocupação antiga dos produtores brasileiros, porém de difícil mensuração. Segundo Mary, essa pesquisa já passou pelo Mato Grosso, onde foram avaliadas as perdas através de sensores de peso instalados nos caminhões que transportam os grãos e também do cálculo do percentual de água nos silos. “Já temos alguns números do Mato Grosso, mas as pesquisas não estão concluídas”, diz a americana.

Em Curitiba, ela foi recebida pelo coordenador do Departamento Técnico-Econômico (DTE) da FAEP, Pedro Loyola, que colocou a pesquisadora em contato com produtores e en-

tidades ligadas ao agronegócio. Durante a sua visita à sede da Federação, em Curitiba, ela conheceu um pouco mais sobre as características da agricultura paranaense.

Antes de desembarcar no Brasil, Mary estava na Índia, onde também está sendo conduzida uma pesquisa sobre as perdas que ocorrem após a colheita.



Acadêmicos de veterinária no CTA de A. Chateaubriand

Um grupo formado por 30 acadêmicos do curso de Medicina Veterinária da PUC/PR – Campus Toledo visitou o Centro Tecnológico de Avicultura do SENAR-PR, em Assis Chateaubriand, no último dia 10. Os alunos da professora Kelen Navarro Garcia Wulff receberam na ocasião informações sobre a capacitação oferecida pelo SENAR-PR a avicultores e trabalhadores da avicultura relacionada à ambiência na criação de frangos. Foram esclarecidas também as condições para que acadêmicos possam participar do curso e contar com essa capacitação em seu currículo.

As visitas técnicas são cada vez mais limitadas devido os critérios de biossegurança adotados pelas empresas da região. “Quando temos a oportunidade de realizar uma visita a campo, o acesso aos equipamentos do galpão são limitados, pois a presença das aves impossibilita mudanças no manejo”, revela a professora Kelen.

“Assim, a oportunidade dos futuros médicos-veterinários conhecerem a estrutura disponibilizada pelo SENAR-PR, forneceu aos nossos alunos condições de aprimorar os conhecimentos obtidos durante as aulas teóricas”, disse a professora das disciplinas de Avicultura e Doenças das Aves e coordenadora da Pós-Graduação em Avicultura Industrial.

A visita foi orientada pela técnica do SENAR-PR, a zootecnista Daniella Sgarioni de Faria.



Olho na fronteira

No último dia 16, o comandante do Exército, general Eduardo Dias Costa Villas Bôas, anunciou o interesse das forças armadas em cadastrar fornecedores para a nova frente de atuação do Exército no Paraná durante reunião na Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), em Curitiba. Segundo ele, o Estado será beneficiado com a implantação do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que deverá reforçar a segurança nas fronteiras do Estado com outros países e evitar a entrada de armas e drogas.

O objetivo do Exército com o Sisfron é proteger os 17 mil quilômetros de fronteira do Brasil com sensores e radares, para garantir flagrantes e poder atuar prontamente. A primeira fase do Sisfron foi implantada em 2013, nas fronteiras de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com Bolívia e Paraguai. O orçamento do Sisfron prevê R\$ 5,9 bilhões de investimentos em infraestrutura tecnológica, R\$ 3 bilhões em infraestrutura de obras civis e R\$ 3 bilhões para infraestrutura de apoio

à atuação operacional em toda a fronteira terrestre nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul do Brasil. No Paraná, 19 cidades fazem divisa com Paraguai e Argentina, em uma extensão de 1,4 mil quilômetros.

O diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia (foto), representou a Federação na reunião.



Audiência pública sobre poligonal do P. de Paranaguá

Durante audiência da bancada do Paraná com o ministro dos Portos, Edinho Araújo (PMDB), o deputado federal Ricardo Barros (PP) convidou-o para participar da audiência pública em Paranaguá, no próximo dia 03 de julho. A audiência ocorrerá no Teatro Rachel Costa e terá a participação de trabalhadores, operadores, investidores

do Porto, além de representantes da FAEP e Fiep. “É um assunto que impacta várias atividades econômicas da sociedade”, lembrou Barros.

A maior preocupação é alterar a poligonal do Porto para que se possam estabelecer empreendimentos privados em áreas que hoje são restritas ou alcançadas pela poligonal, onde só a Autoridade Portuária do Paraná pode atuar.

Barros disse que, para interior do Estado, o Porto eficiente representa menor frete marítimo. “O reflexo direto é mais dinheiro para o produtor, seja ele de álcool, soja, milho ou açúcar. Todos ganham”.

Casa em Ordem em União da Vitória

No último dia 09, na Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (Uniguaçu), em União da Vitória, duas turmas de empreendedores rurais, estudantes de medicina-veterinária e engenheiros-agrônomos assistiram à palestra “Casa em Ordem”. Participaram aproximadamente 150 pessoas interessadas principalmente em informações sobre O Cadastro Ambiental Rural e o novo cadastro do INCRA/DP.

Foi solicitada na oportunidade uma outra palestra para alunos do curso de Administração Rural e aberta à comunidade rural do município.



CAMPINA DA LAGOA



Pescado

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa promoveu o curso de Produção Artesanal de Alimentos - derivados de pescado, nos dias 25 e 26 de maio. Participaram 11 produtoras rurais com o instrutor Sérgio Kazuo Kawakami.

CIANORTE



Olericultura

Nos dias 14 a 16 de maio foi realizado pelo Sindicato Rural de Cianorte, o curso Trabalhador na Olericultura de Raízes, Bulbos e Tubérculos. A parte teórica foi realizada no sindicato e a prática na propriedade do aluno Elias Cardoso. Participaram 10 trabalhadores rurais com o instrutor Sergio Takashi Noguchi.

REALEZA



Inclusão digital

O Sindicato Rural de Realeza, realizou de 11 a 15, na sua extensão de base em Santa Izabel do Oeste, o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – inclusão digital – 40 horas. O curso aconteceu na sala para cursos na Casa do Pequeno Aprendiz. Os participantes usaram o laboratório itinerante do SENAR-PR. Participaram da abertura: a secretária municipal da Assistência Social, Alice Fiamoncini; representando a APMI, Ramaeli Leceux e o sindicato rural Cleidi Feix e Antônio Binotto.

UMUARAMA



Posse

No dia 15 de maio o Sindicato Rural de Umuarama empossou sua nova diretoria com a presença do diretor-financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia. Foram eleitos: Mario Aluizio Zafaneli, presidente; Milton Gaiari, vice-presidente; José Carlos Possagnolo e Elson Castro Tamaio, secretários e Sidney Carlos Lujan e Gerson Magnoni Bortoli, tesoureiros.

MARMELEIRO



JAA

O Sindicato Rural de Marmeleiro organizou uma visita técnica para a turma de 16 alunos do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) - Gestão, no dia 20 de maio, na Feira de Produtores, em Francisco Beltrão. Os alunos foram acompanhados e orientados pela instrutora Nágila Lavorati.

TOLEDO



Posse

No dia 08 de junho o Sindicato Rural de Toledo empossou sua diretoria eleita com a presença do vice-presidente da FAEP, Paulo Orso. Foram eleitos: Nelson Natalino, presidente; Arno Dresch, vice-presidente; Salecio Romeu Braun, secretário e Maria Marlene Grandó, tesoureira.

IPORÃ



Posse

No dia 06 de junho, o Sindicato Rural de Iporã empossou sua diretoria eleita. Foram eleitos: Edmir Jair Salvador como presidente, Ademir Minucelli e Devai Pangoni, vice-presidentes; Edmilton Pangoni e Wilson Sussumi Nakashima, secretários e Francisco Salvador Faidiga e Antônio de Paula, tesoureiros.

SERTANÓPOLIS



NR 35

O Sindicato Rural Sertanópolis realizou, nos dias 06 e 07 de maio, o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho - NR 35 - trabalho em altura - agroindústria. Participaram oito trabalhadores rurais com o instrutor Marcelo Silveira dos Santos.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.

Esqueleto

Um ser humano possui em torno de 206 ossos. A maioria dos ossos está nos pés e nas mãos. Os ossos podem ser longos (exemplos: fêmur e tíbia), curtos (carpo e tarso) e chatos (ossos do crânio e dos quadris). O crânio possui 22 ossos, sendo que oito deles existem para proteger o cérebro. O maior osso e o mais forte do corpo humano é o fêmur, com 50 centímetros num adulto de 1,80 metro de altura. Com cerca de 2,6 milímetros, o estribo – um dos três ossinhos do ouvido – é o menor osso do corpo humano.



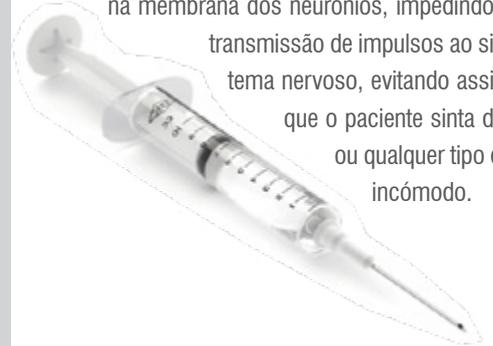
Vinagre

Citado no Antigo e Novo Testamento, o vinagre vem do francês vinaigre, que significa “vinho azedo”. É obtido de duas fermentações, uma alcoólica (transformação de um carboidrato em álcool) e outra acética (do álcool para ácido acético). Os vinagres mais comuns no Brasil são obtidos da fermentação do vinho da uva e da cana-de-açúcar, embora existam vinagres de maçã, arroz, beterraba, limão e outros vegetais. O vinagre é utilizado desde a antiguidade. Muita gente o usa, além de tempero, como antisséptico e para espantar coceira na pele.



Anestésicos

As substâncias que envolvem as anestésias são óxido nitroso (gás inorgânico), éter, isoflurano, desflurano, sevoflurano, substâncias consideradas hidrocarbonetos. Segundo os médicos, estas substâncias atuam na membrana dos neurônios, impedindo a transmissão de impulsos ao sistema nervoso, evitando assim que o paciente sinta dor ou qualquer tipo de incômodo.



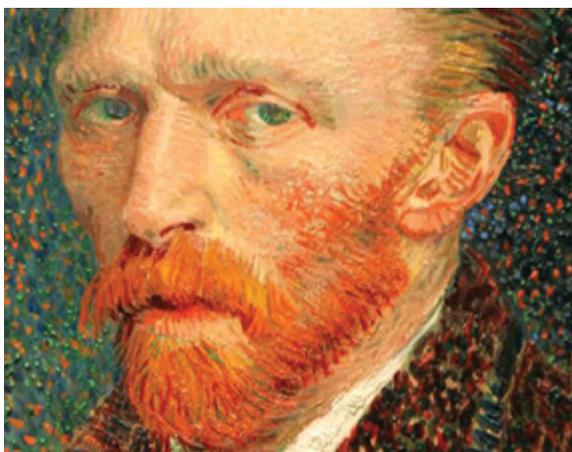
Pantanal

O Rio Paraguai despeja a cada 24 horas, por volta de 178 bilhões de litros de água na planície pantaneira. A área inundada do Pantanal chega a ser equivalente a de todo o Estado de Santa Catarina e a de quatro países europeus: Bélgica, Suíça, Portugal e Holanda. Foram registradas por volta de 4,7 mil espécies de plantas e vertebrados na região do Pantanal. São cerca de 3,5 mil espécies de plantas (incluindo a vegetação aquática), 6.656 de aves, 98 de répteis, 53 de anfíbios, 159 de mamíferos e 325 de peixes.



Sextilhões

Apenas na Via Láctea, nossa galáxia, temos algo entre 100 e 400 bilhões de estrelas. No Universo temos algo em torno de 170 bilhões de galáxias. Ou seja, quando multiplicamos o número médio de estrelas em cada galáxia, pelo número total de galáxias no Universo, temos alguma coisa na casa dos sextilhões de estrelas! A quantidade de grãos de areia nas praias da Terra é algo em torno de 10 sextilhões e o número de estrelas no Universo é de 200 sextilhões, ou seja, existem pelo menos 20 vezes mais estrelas no Universo observável do que grãos de areia nas praias da Terra.



Van Gogh, 800 quadros

Suas obras valerem milhões de dólares, mas Van Gogh vendeu apenas um quadro durante toda a vida. Angustiado pela pobreza e por problemas mentais, ele tentou o suicídio em 27 de julho de 1.890 com um tiro no próprio peito. Moribundo, ele morreria dois dias depois em virtude do ferimento causado pela bala. Sua carreira durou cerca de 10 anos, tempo suficiente para ele pintar 800 quadros. Os dois últimos meses de vida do pintor foram os mais produtivos. No curto espaço de 60 dias, Van Gogh pintou 70 quadros.

Nossaaaaa!!!

- Natal, no Rio Grande do Norte, está mais próxima da África do que de Florianópolis.
- A Rússia é maior do que Plutão.
- Se você visitar uma praia brasileira por dia, precisará de quase seis anos para conhecer todas elas.
- E se você resolver visitar uma ilha da Indonésia por dia, precisará de 47 anos para visitar todas elas.

Sem acordo

Referência a uma discussão que não leva a nada, a expressão “sexo dos anjos” realmente aconteceu. Foi num concílio da Igreja realizado no ano de 1 453. Dizem que, enquanto o Império Bizantino enfrentava uma guerra feroz contra os turcos otomanos, a Igreja se ocupava apenas em descobrir se os anjos tinham sexo. O que aconteceu? Bizâncio caiu e ninguém chegou a um acordo se os anjos tinham ou não sexo.



Joãozinho

Num bar chegaram dois amigos ficaram espantados ao ver o tamanho de um homem, um guarda-roupa, grande e forte. Perguntaram ao dono do bar quem era ele.

- É o matador, principalmente se o chamarem de pescocinho.

Os dois amigos chamaram Joãozinho e disseram:

- Você ganha R\$ 200 se chamar aquele cara de pescocinho.

Joãozinho topou e se aproximou do grandão.

- Pedrão, lembra quando nós pescamos juntos?

E o grandão disse:

- Não me chamo Pedrão e nunca pesquei com você!

E Joãozinho respondeu: pescosim! pescosim!



QUE PAÍS É ESTE?

Para mapear a imagem do Brasil no mundo, a “Folha de São Paulo” pediu ao Google um levantamento do que os cidadãos de alguns países buscam em seu site sobre o nosso país desde 2004.

O levantamento mostra que o Brasil começa a se livrar dos clichês “samba, futebol e carnaval”.

- Quando os portugueses vão ao Google pesquisar sobre o Brasil, a busca mais recorrente é “Quem descobriu o Brasil?” (o português Pedro Álvares Cabral), seguida de perto por “Quem colonizou o Brasil?” (os portugueses).

- Os americanos lembram do Brasil como “Brazil butt lift” (cirurgia para aumentar as nádegas) e “semillas de Brazil” (sementes supostamente emagrecedoras que não são brasileiras) e “Brazilian wax” (depilação de todos

os pelos pubianos). Também refletem o pouco conhecimento dos americanos sobre o Brasil. “Onde fica o Brasil?”, “Em que país fica o Brasil?” e “Que língua é falada no Brasil?” são as mais comuns no site de busca.

- A ignorância também permeia as buscas mais frequentes dos internautas do Iraque, como “Qual é o idioma?”, “Onde fica?” e “Qual é a capital?”. Mas é o sexo que não sai da cabeça dos iraquianos quando pensam no Brasil. O termo mais buscado por eles é “praias de nudismo Brasil”, seguido de “sexo” e “mulheres sexy do Brasil”.

- No Google argentino, a maioria esmagadora das perguntas relacionadas ao Brasil está ligada à novela “Avenida Brasil”, exibida pela TV Globo, em 2012, e retransmitida no país vizinho no ano

passado, com igual sucesso de audiência. “Quando termina a novela?”, “Como termina?”, “Quem matou Max?”, “Como se chama o Jorgito?”, estão entre as questões mais frequentes. Eles invadem as praias brasileiras também por meio do Google: entre os termos mais procurados estão Fortaleza, Natal, Bonito (MS), Itapeema (SC), Florianópolis e Torres (RS).

- Os venezuelanos refletem a realidade econômica do país: “Como emigrar da Venezuela para o Brasil?” e “Como trazer um carro do Brasil para a Venezuela?”

- Os franceses são os que mais destoam, com perguntas mais elaboradas. “Quais as particularidades da presidente Dilma?”, “O Brasil produz para alimentar sua população ou para vender?” e “Por que chamam o Brasil de fazenda do mundo?”, estão entre as principais.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em / / _____ Responsável
Em / / _____

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br